

---

**PRÁTICAS LINGUÍSTICAS DE ACADÊMICOS TERENA DO CAMPUS DE  
AQUIDAUANA/UFMS<sup>1</sup>**

Kali Aurélio José Oliveira  
Onilda Sanches Nincao

**RESUMO:**

O objetivo deste projeto foi investigar de que forma a política linguística dos Terena, histórica, social e culturalmente determinada, de aprendizagem da língua portuguesa é constitutiva do acesso à universidade pelos acadêmicos Terena do campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, considerando que tal política linguística se constitui em uma estratégia para o acesso dos Terena aos aparelhos oficiais da sociedade brasileira. Assim, o aprendizado do Português faz parte de “uma política deliberada e consciente da comunidade, e não decorrência aleatória de interferências externas” (LADEIRA: op. cit.:130). Nesse sentido, conforme discute Maher (1998), podem ser índios em Português. A metodologia de cunho etnográfico constou de aplicação de questionários com 50 acadêmicos Terena de diversos cursos no campus de Aquidauana cujos dados foram analisados com base em literatura específica. Os resultados mostraram que, consoante a política linguística do povo Terena, a maioria dos acadêmicos se declara bilíngue, com exceção dos provenientes de aldeias que não são mais falantes da língua indígena e “lograram” tornarem-se monolíngues em Português. Porém, a nova política nacional de educação escolar indígena foi um contraponto para a política linguística desse povo, criando uma demanda pelo ensino da língua Terena na escola de forma complementar ao ensino já consagrado da língua portuguesa. Essa demanda se expressa agora nessa geração que se declara bilíngue, tendo aprendido a língua Terena na escola e não somente em casa. Nesse sentido, a política linguística Terena é constitutiva do acesso dos acadêmicos.

**Palavras-chave:** Acadêmicos Indígenas. Bilíngue. Terena.

---

<sup>1</sup>Esta pesquisa foi realizada como Iniciação Científica conforme EDITAL PROPP/UFMS No 095, DE 06 DE ABRIL DE 2018

**ABSTRACT:**

The objective of this project was to investigate how Terena's language policy to learn Portuguese, which is historically, socially and culturally determined, is constitutive of access of Terena students to Federal University of Mato Grosso do Sul campus in Aquidauana, considering that such policy is a strategy for the Terena's access to the official apparatus of Brazilian society. Thus, learning Portuguese is part of "a deliberate and conscious communal policy, not a random consequence of external interferences" (LADEIRA: *Op. cit.*:130). In this sense, as discussed by Maher (1998), they can be Indians in Portuguese. The ethnographic methodology involved the application of questionnaires covering a sample of 50 Terena students from different courses at Aquidauana campus whose data were analyzed on the basis of a specific literature. In accordance with Terena's language policy, the results showed that most students declare themselves bilingual, except for those from villages where people ceased to speak their native language and "managed" to become monolingual Portuguese speakers. However, the new national policy on indigenous school education was a counterpoint to the language policy of Terena people, creating a demand for Terena language teaching at school in a supplementary way to the usual Portuguese language teaching. That demand is now expressed in this generation that declares itself bilingual, having learned the Terena language at school and not only at home. In this sense, Terena's language policy is constitutive of Terena students' access to the university.

**Keywords:** Indigenous students. Bilingual. Terena.

**INTRODUÇÃO**

Esta investigação buscou compreender as práticas bilíngues dos acadêmicos indígenas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana, e sua relação com a política linguística do povo Terena, buscando compreender como sua língua materna é utilizada dentro e fora do campus, assim como os efeitos dos esforços do povo Terena para adentrar a sociedade em seu entorno por meio da aprendizagem da língua portuguesa. É importante destacar que o aprendizado da

---

língua portuguesa faz parte de “uma política deliberada e consciente da comunidade e não decorrência aleatória de interferências externas” (LADEIRA: 2001, p. 130).

O povo Terena pertence à família Aruak e, em sua maioria, habita o pantanal sul-mato-grossense com expansão em outros estados como São Paulo e Mato Grosso, configurando-se, sociolinguisticamente, em contextos de monolinguismo em português e de bilinguismo com preservação da língua indígena. Os Terena têm uma especificidade no que se refere à sua forma estratégica de lidar com a interação com a sociedade brasileira, tendo em vista sua sobrevivência étnica. Nesse sentido, estabeleceu uma política linguística própria de uso e aprendizado da língua portuguesa como forma de resistência por meio de sua inserção na sociedade brasileira (LADEIRA, 2001; NINCAO, 2008).

Tal ocorre também na visível inserção dos Terena na universidade. Em Aquidauana, cerca de 400 acadêmicos indígenas frequentam os diferentes cursos no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O processo de diáspora (tempo do cativo) imposto aos Terena após a Guerra do Paraguai e o seu posterior reajuntamento foram ações da sociedade nacional que afetaram dramaticamente o modo de vida desse povo indígena, o qual viu-se, a partir daí, forçado a buscar novas estratégias de sobrevivência.

Enquanto muitos acreditam que no processo de passagem de índio a bugre (Oliveira, 1976), os Terena abandonaram suas raízes – e esse é um estigma que lhes atribuem outras etnias indígenas –, na verdade, eles reformularam sua antiga estrutura social em outros espaços institucionais existentes no contexto de interculturalidade, tais como a escola e a igreja. Nesse processo, o domínio da língua portuguesa (já que para eles, a língua Terena aprendiam em casa) foi fundamental para seu projeto de sobrevivência. Descrevendo a vida dos Terena nos anos 50, Oliveira afirma que o conhecimento da língua portuguesa “é hoje indispensável ao Terêna, em qualquer situação que se encontre: facilita as relações interétnicas,

ampliando sobremaneira sua área de mobilidade social ou meramente geográfica (OLIVEIRA, 1976, p. 127). Conforme Ladeira (2001): “Neste contexto é que os Terena creditam à escola, e à língua portuguesa, por consequência, um papel fundamental na construção de seu futuro” (LADEIRA, 2001, p. 41). Em 1998 quando a Prefeitura de Aquidauana propôs a alfabetização em língua Terena, as comunidades Terena demonstraram forte resistência à inserção de sua língua na escola. Tal resistência adveio do fato de que para os Terena, a função da escola na aldeia era possibilitar o ensino da língua portuguesa, importante para sua inserção na sociedade nacional. Para os Terena, isso iria isolá-los e o não-isolamento é para eles o caminho para a sobrevivência étnica e identitária (NINCAO, 2008, 2015). Se já o era anteriormente, quando nada mais eram do que “bugres” (OLIVEIRA, 1968, 1976), muito mais o será nesses novos tempos quando conquistam o direito a serem “cidadãos” (NINCAO, 2015, p. 94). E o direito a serem cidadãos universitários também, buscando, dessa forma, garantir o acesso aos cargos mais importantes da sociedade brasileira. Assim, o aprendizado do Português faz parte de “uma política deliberada e consciente da comunidade e não decorrência aleatória de interferências externas” (LADEIRA: op. cit.:130). Enquanto os Terena são vistos como não sendo mais índios, como um povo que já “perdeu sua cultura”, como “aculturados”, para eles, está muito claro que é impossível acontecer isso (Terena, 2003), podem ser índios em português, conforme discute Maher (1998). Por essa razão, estabelecem estratégias de interação com a sociedade brasileira sem medo de “serem engolidos” (NINCAO, 2008, p. 130). E para isso usam a língua portuguesa para conhecer quem o domina. Diferentemente de outros povos indígenas, os Terena já entraram para a relação intercultural conhecendo suas implicações e estratégias de enfrentamento (NINCAO,2008). Sendo assim, essa pesquisa busca compreender o papel dessa política linguística (McCARTY,1998) deliberada dos Terena no acesso de acadêmicos indígenas à universidade em Aquidauana.

Dessa forma, o projeto investigou de que forma a política linguística dos Terena, histórica, social e culturalmente determinada de aprendizagem da língua portuguesa, é constitutiva do acesso à universidade dos acadêmicos Terena no campus de Aquidauana., considerando que tal política linguística é uma estratégia política dos Terena para acessar os espaços sociais e políticos da sociedade brasileira.

### **REVISÃO DE LITERATURA**

Embora o mundo seja multilíngue, o mito do monolinguismo é visto como a normalidade no mundo. No Brasil, apesar das mais de 200 línguas indígenas, línguas de imigração e Libras, há uma crença de que a língua portuguesa é a única língua do país. Nesse sentido, Cavalcanti (1999) afirma que a diversidade linguística no Brasil é apagada ao discutir a educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. Essa diversidade linguística sempre existiu nos diferentes impérios no mundo e conforme Achard “o ideal do monolinguismo” nem sempre foi a realidade (ACHARD, 1989, p. 32).

Para compreender esse fenômeno, é importante compreender o conceito de Estado-Nação:

O mito do monolingüismo consolida-se, historicamente, na Revolução Francesa, que é quando surge o conceito de Estado-Nação. Instala-se, nesse período o lema “unidade é igual a uniformidade”. Para se ter um Estado, uma unidade política, seria preciso garantir uniformidade lingüística e cultural no interior de seu território. E, assim, a aversão à diversidade lingüística vai se consolidando na história. Firma-se, pouco a pouco, a noção de que o plurilingüismo seria algo nefasto, ruim, uma condição a ser combatida: o projeto de modernidade insiste na necessidade de tornar o Estado homogêneo – uma língua, uma cultura, uma religião – para garantir a continuidade da idéia de nação constituída (MAHER, 2006a, p. 31).

Nincao (2008, p. 56) discute com base em Decrosse (1989) que:

[...] durante a Idade Média, a noção de “línguas maternas” sempre conviveu com a noção de “língua de cultura”. As “línguas maternas”

eram consideradas falares adquiridos “naturalmente”, em um dado espaço geográfico e a “língua de cultura” era vista como aquela através da qual se veiculava e se tinha acesso à cultura letrada dos comentários e das escrituras. Transitar entre essas duas noções significava transitar entre a multiplicidade de falares local e o linguajar do conhecimento, o que era perfeitamente natural e controlável. Aos falares locais não era atribuído nenhum valor qualitativo: esses não eram estigmatizados socialmente, mas apenas existiam em seus espaços geograficamente determinados (DECROSSE, 1989, p. 20) apud NINCAO, 2008, p.56).

Assim, conforme discutem Nincao (2008) e Maher (2006), a necessidade de se estabelecer Estados levou ao fato de que determinadas “línguas maternas”, ou seja, determinados falares geograficamente localizados, fossem elevados, segundo Decrosse (op. cit, p. 20, 21), ao status de “línguas nacionais” para servir de fronteiras entre os Estados. Assim, a noção de “língua nacional” passou a designar “enquanto mito a unidade significativa do território, conferindo-lhe um poder mais nacional que linguístico, significando, além de unidade de troca entre os falantes, uma barreira simbólica das fronteiras”. Porém, como enfatizam Vermes e Boutet (1989, p. 7), o estabelecimento e a promoção de uma “língua nacional” não conseguiu eliminar o multilinguismo existente: a transformação de um falar geograficamente constituído em um falar geopoliticamente determinado não foi, e não é, suficiente para garantir o monolinguismo no interior de um Estado, pois as outras línguas ali existentes continuavam – e continuam sendo faladas.

É nesse contexto que no Brasil, como já dito, apesar das políticas de desvalorização das línguas indígenas e da instauração do mito do monolinguismo em língua portuguesa, coexistem mais de 200 línguas indígenas, além de línguas de imigrantes e Libras. As comunidades bilíngues indígenas transitam (Maher, 2007) entre suas línguas e a língua portuguesa, a língua nacional. As configurações dessa relação entre as línguas são bastante diversificadas. Esse fenômeno do trânsito entre as línguas é explicado na discussão de Maher em seu texto *Do Casulo ao Movimento: a*

*suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural* (Maher, 2007), no qual a autora traça indagações acerca de forma como é posto o bilinguismo dentro das escolas, assim sendo transponho as indagações à realidade encontrada dentro do campus de Aquidauana da UFMS.

Quando se discute a questão da identidade étnica de um povo indígena, não se pode excluir dessa discussão sua **identidade linguística**. No caso dos indígenas, é comum ver-se a relação estabelecida entre as línguas indígenas e a identidade étnica de cada povo, ou seja, a maneira como esse povo interpreta culturalmente sua relação com as línguas com as quais convive. Nesse sentido, Maher (1996, 1998a) apresenta as implicações das relações estabelecidas, por grupos indígenas, com a língua portuguesa e com sua língua tradicional. A partir de suas investigações sobre a identidade linguística de professores indígenas no Acre, a autora argumenta, em primeiro lugar, que a identidade é da ordem do discurso e não apenas de uma materialidade linguística. Essa afirmação é importante, já que a questão da identidade indígena aparece como sendo necessariamente expressa e veiculada apenas pelo uso da língua tradicional.

Mas, como afirma Maher “o índio, como de resto todos nós, precisa é da linguagem para construir sua identidade e comunicá-la, porque é o discurso – não somente a materialidade lingüística – que cria e faz circular o sentido de ‘ser índio’” (MAHER, 1996, p. 33). E, continua a pesquisadora: “a identidade do índio pode ser comunicativamente criada e veiculada, em alguns casos, em mais de uma língua: na língua indígena e na língua portuguesa” (MAHER, op.cit., p. 34).

Em seu artigo “Sendo índio em português”, a autora (Maher, 1998) mostra que um grupo de professores indígenas do Acre sinalizam sua identidade em língua portuguesa. Essa afirmação é importante para esse trabalho, tendo em vista que para muitos dos Terena, sua indianidade só pode ser visível na forma como ela é construída e sinalizada em português (Maher, 1996, 1998, p. 115).

---

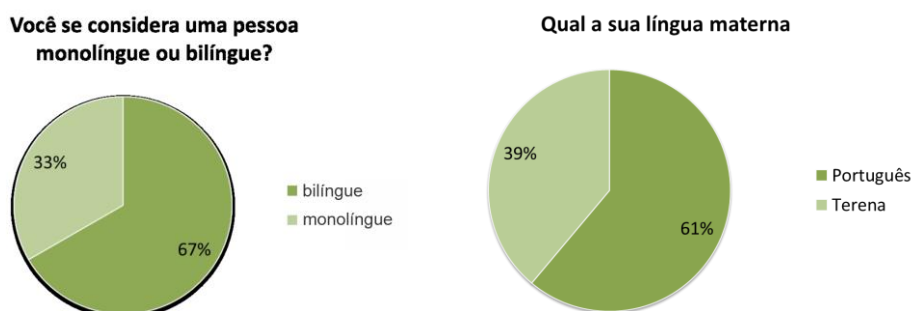
**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata o presente trabalho de uma pesquisa de Iniciação Científica de um acadêmico Terena do curso de Letras do Campus de Aquidauana, orientado pela Profa. Onilda Sanches Nincao, cuja metodologia, de cunho etnográfico, constou de aplicação de questionários com 50 acadêmicos Terena de diferentes cursos do campus de Aquidauana, sendo que o pesquisador é um acadêmico Terena com inserção na comunidade. O instrumento de pesquisa se constituiu em um questionário com 12 questões, abaixo apresentadas.

1. Você se considera uma pessoa monolíngue ou bilíngue? Em que língua?
2. Qual a sua língua materna?
3. Como você aprendeu a língua portuguesa?
4. Você aprendeu a língua Terena? De que forma?
5. Que língua é utilizada na sua casa?
6. E em sua comunidade?
7. Você estudou em escola indígena? Em que língua você foi alfabetizado?
8. Você teve dificuldade para o acesso à universidade do ponto de vista linguístico? Que tipo de dificuldade?
9. Qual seu nível de dificuldade para a leitura e escrita de textos acadêmicos em língua portuguesa. Explique.
10. E você tem dificuldade como você enfrenta isso?
11. Que língua você utiliza com seus colegas indígenas nos espaços da universidade? Por quê?
12. Em termos linguísticos, como sua família e sua comunidade contribuíram para seu acesso à universidade?

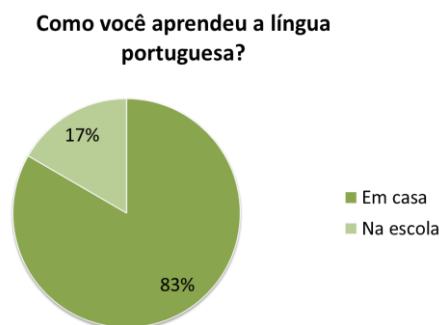


Ao analisar os dados da primeira questão, “você se considera uma pessoa monolíngue ou bilíngue?” e da segunda questão “qual a sua língua materna?” temos que:



Pode-se observar que 67% dos entrevistados considera-se bilíngue, entretanto apenas 39% dos entrevistados compreende a língua Terena como língua materna. Para compreender esse fato, é preciso considerar os antecedentes históricos, políticos e sociais quando as línguas indígenas eram desvalorizadas e não contavam com políticas de proteção, como foi garantido na Constituição de 1988. Nesse sentido, muitos pais não ensinaram a língua Terena para os filhos para não prejudicar a aprendizagem do português, mas esses construíram a compreensão de sua língua materna, embora sem a capacidade de expressão na mesma (NINCAO, 2003). Tal fato aponta para a tese de que o próprio Terena tenha abdicado, e talvez ainda abdique de sua língua, ao não reconhecê-la como língua materna, dando à língua portuguesa tal posição. Porém, essa é uma análise equivocada, já que a idéia dos Terena “é que para manterem-se, etnicamente, é preciso primeiro conhecer quem o domina, sendo indispensável, para isso, o conhecimento da língua portuguesa” (NINCAO, 2015, p. 94) com o objetivo de possibilitar o acesso à sociedade brasileira, no que foram bem sucedidos em várias situações, destacando-se o acesso à universidade. Nesse sentido, é importante relembrar que é possível “ser índio em português”, conforme discute MAHER (1998).

Dentro da terceira e quarta questões, observam-se outros dados interessantes, como seguem:



Dentre as respostas da terceira questão, é possível analisar que a língua portuguesa está muito inserida no interior das famílias, o que demonstra os efeitos da política linguística própria do povo Terena de aprendizagem da língua portuguesa. Os Terena são uma amostra do que afirma Maher (1996, p.33), como já dito, com relação ao fato de que frequentemente “a questão da identidade indígena aparece como sendo necessariamente expressa e veiculada apenas pelo uso da língua tradicional”. Porém, para a autora, a identidade é da “ordem do discurso e não apenas de uma materialidade linguística” (MAHER, 1996, p. 33).

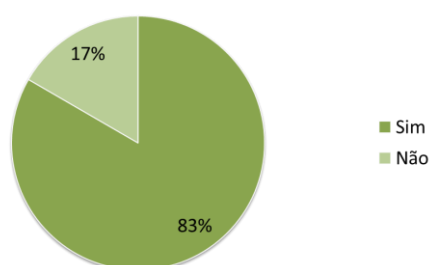
Os Terena sabem que há outras formas de identificação, conforme discute Hall (2001) ao afirmar que embora as nações modernas sejam híbridos culturais, para justificar seu pertencimento a uma dada nação, os grupos étnicos frequentemente fazem uso de cinco estratégias discursivas: a narrativa da nação, a ênfase nas origens, a invenção da tradição, a narrativa do mito fundacional e a idéia de um povo puro, original (HALL, 2001, p. 59).

Sendo assim, o número exposto acima relacionado ao universo de indígenas Terena matriculados no campus da UFMS de Aquidauana, cerca de 400 (correspondendo a um terço dos estudantes da do campus de Aquidauana), responde

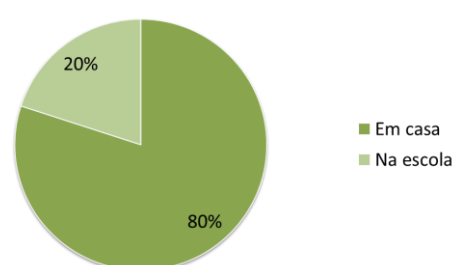
positivamente à pergunta sobre se o domínio da língua portuguesa é constitutivo do acesso à universidade.

A quarta questão possibilitou a produção de dois gráficos diferentes, um em relação ao possível aprendizado da língua Terena e outro em relação ao ambiente deste aprendizado.

**Você aprendeu a língua Terena?**



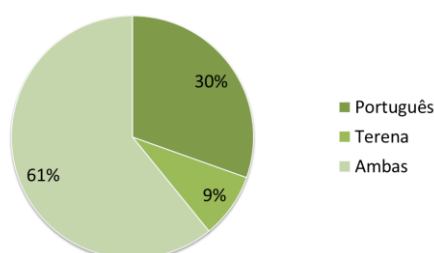
**De que forma?**



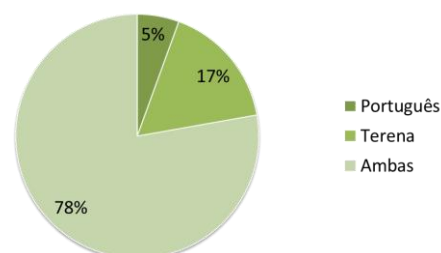
Observam-se dados que demonstram o fato de que para os Terena, a língua indígena se aprende em casa e não na escola que é vista como uma instituição para aprendizagem da língua portuguesa sem ter medo de comprometer a identidade.

Ainda em relação à aquisição da língua vemos que nas questões 5, 6 e 11, que se referem às línguas utilizadas no convívio social do estudante temos:

**Que língua é utilizada na sua casa?**



**E em sua comunidade?**

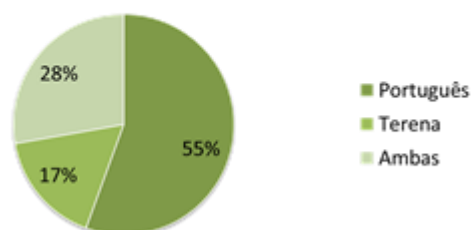


Os gráficos mostram que tanto no interior das famílias, como na comunidade, dominam práticas bilíngues, já que a porcentagem maior aparece no contexto de uso de ambas as línguas. Nesse caso, não é relevante saber o quanto cada língua é utilizada

no item “ambas”, já que em ambientes bilíngues, os sujeitos transitam entre as línguas em seus contextos sociais, conforme MAHER (2007).

O gráfico seguinte mostra que esse comportamento não se reflete entre os acadêmicos Terena em suas práticas bilíngues na universidade, considerando-se a porcentagem de 17% onde há o uso das duas línguas e de 55% com o uso só da língua portuguesa.

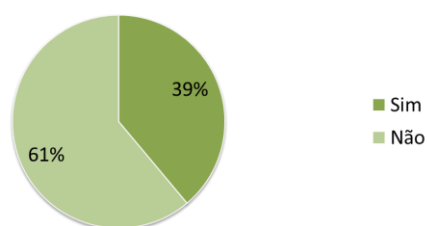
**Que língua você utiliza com seus colegas indígenas nos espaços da universidade?  
Por quê?**



Dessa maneira, no ambiente universitário, vê-se que há uma modificação em relação a utilizar tal língua, já que os acadêmicos mostram que eles utilizam mais a língua portuguesa.

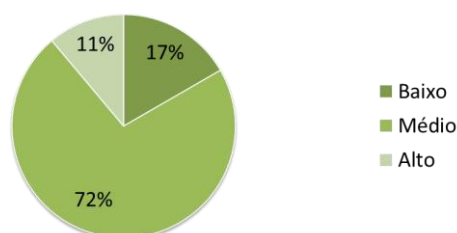
Ao contrapormos os dados da configuração linguística e suas formas de uso com os números relacionados ao ingresso na universidade, questão número 8, e a compreensão dos textos acadêmicos, questão número 9 vemos:

**Você teve dificuldade para o acesso à universidade do ponto de vista linguístico?**



Dessa maneira, observa-se que os acadêmicos consideram, em sua maioria, não ter ocorrido uma grande dificuldade linguística para inserir-se no ambiente acadêmico, o que confirma o fato de que seus pais sempre argumentaram que os filhos deveriam aprender a língua portuguesa para adentrarem espaços sociais da sociedade brasileira, sendo um deles a universidade. Já em relação à realização da língua na academia, temos:

**Qual seu nível de dificuldade para a  
leitura e escrita de textos acadêmicos em  
língua portuguesa?**



Portanto, ao analisarmos tal informação, vemos que os acadêmicos não veem uma barreira linguística em relação à academia, já que a maioria julga suas dificuldades linguísticas como regular ou baixas.

Nesse sentido, Nincao (2008) discute o papel político do bilinguismo entre os Terena:

Conforme apontado anteriormente, a aprendizagem e a utilização da Língua Portuguesa remetem a uma instauração estratégica do bilingüismo entre os Terena. O monolingüismo contradiz o ethos desse povo (Ficar só na língua indígena VAI ISOLAR....) porque não é no isolamento – lingüístico, inclusive – que os Terena conseguem, da sua perspectiva, continuar sendo o que são. O que parece realmente importar, para esse povo, não é, pois, afirmar-se a si mesmo na ausência do outro, negando a existência do outro. É, ao contrário, afirmar-se a si mesmo justamente considerando o Outro, na presença do Outro. Na presença de sua língua. Mas isso não significa dizer, como é comum se ver entre analistas mais apressados, que os Terena desprezam sua língua nativa (NINCAO, 2008, p. 104).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa maneira, pode-se concluir que os esforços realizados pelo povo ao adotar uma política linguística própria de aprender a língua portuguesa na escola, conforme discutem Ladeira (2001) e Nincao (2008), surtiram efeitos positivos nas gerações atuais, já que o domínio da língua portuguesa, possibilitou a inserção na academia, facilitando o processo de compreensão de textos, primordial para o bom desempenho na universidade, o que não os diferencia dos não indígenas. A esse respeito, destaca-se a frase de um Terena ao dizer “Posso ser o que você é, sem deixar de ser quem sou”.

Sendo assim, a política linguística dos Terena de aprendizagem da língua portuguesa foi constitutiva do acesso à universidade, assim como seu desempenho acadêmico, demonstrando competência linguística, social e política como sujeitos bilíngues pós-modernos capazes de buscar alternativas (Certeau, 1994) para as futuras gerações.

---

**REFERÊNCIAS**

- CAVALCANTI, C. M. (1999). "Estudos Sobre Educação Bilíngüe e Escolarização em Contextos de Minorias Lingüísticas no Brasil". REVISTA D.E.L.T.A, no 15:385-417. Número Especial.
- CERTEAU, M. (1994). A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DECROSSE, A. (1989). "Um mito histórico, a língua materna." In: Vermes, G. e Boutet, J. (orgs.) Multilingüismo. Tradução Celene M. Cruz...(et al.). Campinas, Editora da Unicamp, 19-29.
- HALL, S. (2001). A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A (5a ed.)
- LADEIRA, M.E.M. Língua e História- Análise Sociolingüística em um Grupo Terena. São Paulo: USP. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2001. Tese de Doutorado.
- MAHER, T.M. Ser professor sendo Índio: questões de língua(gem) e identidade. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Sendo Índio em Português...". In: Signorini, I. (org.). Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/FAEP-Unicamp, 1998, pp. 115-138.
- \_\_\_\_\_. "Do Casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural". In: MARILDA, C. CAVALCANTI, S. RICARDO, M. B. Transculturalidade, linguagem e educação. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 2007a.
- MCCARTY, T. "Schooling, Resistance, and American Indian Languages". International Journal of the Sociology of Language, 1998.
- NINCAO, O. S. Representações de professores indígenas sobre o ensino da língua Terena na escola. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem. PUC-SP, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Kóho Yoko Hovôvo/ O Tuiuiú e o Sapo": identidade, biletamento e política lingüística na formação continuada de professores Terena. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2008.

\_\_\_\_\_ "Kóho Yoko Hovôvo/O Tuiuiú e o Sapo": os Terena, uma nova identidade de nação". *Cadernos de Estudos Culturais - Povos Indígenas* – v. 7, n. 13, UFMS, Campo Grande, p. 91-102, 2015.

OLIVEIRA, R.C.O. (1976). *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

VERMES, G. e BOUTET, J. (orgs.). (1989). *Multilingüismo*. Tradução Celene M. Cruz (et al.). Campinas, Editora da Unicamp.